

## PARECER TÉCNICO DE RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

RECORRENTE: BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

RECORRIDA: PORTAL SEGURANÇA ELETRONICA LTDA

ÓRGÃO AVALIADOR: Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) - Município de João Monlevade/MG

---

### 1. PRELIMINARMENTE: DO ESCOPO DA ANÁLISE TÉCNICA E RECHAÇO A ACUSAÇÕES LEVIANAS

A despeito da retórica inflamada, do tom afrontoso e do patente sensacionalismo adotado pela recorrente em sua peça, faz-se necessário, de plano, delimitar a competência deste órgão técnico e corrigir as falácias narrativas criadas para desqualificar o trabalho da Administração.

- **Da Limitação da Análise ao Anexo III:** A atuação da DTI restringiu-se, única e exclusivamente, à análise de conformidade técnica dos equipamentos apresentados em face do Termo de Referência (Anexo III).

### 2. DA CRONOLOGIA DA ANÁLISE E DO USO ESTRITO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

É imperioso rechaçar a absurda e infundada acusação de "desleixo técnico assustador" e a tese fantasiosa de que o parecer técnico baseou-se em "alucinação de IA" ou uso não supervisionado de Inteligência Artificial generativa.

- **Análise Contínua e Diligente:** A alegação de que a análise técnica de todo o escopo ocorreu em "exíguos 3 minutos" beira a má-fé e demonstra **desconhecimento** quanto à dinâmica do sistema. Os *datasheets* **não foram analisados em um bloco mágico de três minutos**; eles foram **lidos, baixados e confrontados** com o edital *assim que foram disponibilizados pela licitante na plataforma*. O lapso temporal registrado no sistema refere-se apenas ao ato material de assinatura e submissão do parecer final, após a longa conferência pregressa dos anexos técnicos.
- **Papel Estrito da Inteligência Artificial:** Ao contrário do que supõe a **alegação esdrúxula** da recorrente, a Inteligência Artificial **jamais foi utilizada como ferramenta de decisão final**. O seu uso por este órgão é estritamente instrumental: serve apenas para a melhoria textual e para a extração ágil de dados dos PDFs (*datasheets*) para estruturação em tabelas comparativas. A decisão de aprovação ou reprovação é **humana, técnica e fundamentada**, não dependendo de algoritmos para interpretar barramentos de rede ou bitolas de cabos.

### 3. DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DA DTI

A Block Alert fundamentou seu recurso apontando supostos descumprimentos do Edital por parte da Portal Segurança, destacando, entre outros pontos, que os gravadores (DVRs) de 4 e 8 canais ofertados possuem portas de comunicação 10/100 Mbps (Fast Ethernet), descumprindo a exigência de porta Gigabit (10/100/1000 Mbps). Além disso, a recorrente apontou que o cabo coaxial para CFTV apresentado possui condutor central em liga de cobre (alumínio cobreado), enquanto o exigido seria cobre.

Em sua defesa, a Portal Segurança invocou a aplicação do princípio do formalismo moderado e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, argumentando que falhas formais não devem conduzir à desclassificação automática quando não há prejuízo à execução contratual.

Nesse contexto, informa-se que a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) avaliou o projeto de segurança e os equipamentos ofertados como um todo. A análise técnica atestou que **todos os equipamentos e todas as funcionalidades requeridas pelo edital seriam integralmente atendidas**, mesmo que o barramento dos equipamentos seja limitado a 100 Mbps e que o cabo utilizado seja de liga de cobre.

A avaliação técnica concluiu que o objeto, nas circunstâncias operacionais apresentadas, possui plena capacidade de atendimento às demandas propostas. A infraestrutura ofertada garante que a comunicação do sistema funcionará perfeitamente. Isso engloba:

- O acesso estável aos equipamentos e a todas as funcionalidades solicitadas pela Administração;
- A gravação ininterrupta e adequada das imagens de segurança;
- O acesso remoto e o resgate dessas imagens com fluidez em caso de necessidade ou sinistro.

As especificações apresentadas possuem capacidade operacional suficiente para suportar o tráfego de dados e as demandas físicas da infraestrutura, não constituindo qualquer risco técnico ou operacional para a execução do contrato. Sendo assim, o projeto validado atenderia a 100% do objeto proposto pelo certame.

Desta forma, desaprová-la a proposta comprovadamente mais vantajosa para o Município com base nestes apontamentos pontuais configuraria um formalismo exagerado, desarrazoado e prejudicial ao interesse público. A eliminação da licitante por tais características contrariaria a finalidade da licitação, uma vez que a solução técnica ofertada é plenamente exequível, segura e capaz de suprir todas as necessidades da Administração.

Portanto, a **solução atinge integralmente a finalidade e o escopo do objeto licitado**, não havendo gargalos que inviabilizem a prestação do serviço de monitoramento, ademais, o circuito de CFTV não será objeto de monitoramento 24 horas por meio de televisores ou equipes de monitoramento, demandando alta banda.

### 3.1 DA VALIDAÇÃO DAS HOMOLOGAÇÕES ANATEL

A alegação de que as homologações dos equipamentos não foram atestadas ou seriam inexistentes não procede. Esta Divisão Técnica realizou a validação criteriosa de todos os registros de homologação da ANATEL referentes aos equipamentos ofertados pela licitante vencedora.

- **Validação Sistêmica:** As consultas foram realizadas diretamente no sistema oficial de Certificação de Produtos da ANATEL (disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/certificacao-de-produtos/consulta-de-produtos>), garantindo a autenticidade e a vigência das certificações;
- **Atestação Técnica:** É de pleno conhecimento desta equipe técnica que os equipamentos possuem as referidas homologações, atendendo integralmente aos requisitos de conformidade exigidos para a comercialização e uso no território nacional;
- **Relação de Homologações:** Os números de registro validados constam detalhados abaixo:

<b>Descrição do Equipamento</b>	<b>Exige/Possui ANATEL?</b>	<b>Nº de Homologação</b>
CENTRAL DE ALARME AMT 2018 E SMART - INTELBRAS	Sim (Placas de comunicação/rede)	006410900160
CENTRAL DE ALARME AMT 4010 SMART - INTELBRAS	Sim (Placas de comunicação/rede)	016761500160
MÓDULO COMUNICAÇÃO XG 4G - INTELBRAS	Sim (Módulo de rede móvel)	188212200160
MÓDULO COMUNICAÇÃO XEG 4010 3G - INTELBRAS	Sim (Módulo de rede móvel)	023112200160
TECLADO XAT 4000 LCD - INTELBRAS	Não (Geralmente dispensado, uso cabeado)	Dispensa
SENSOR IVP 5002 PET - INTELBRAS	Não (Uso cabeado, sem RF)	Dispensa
SENSOR IVA 7100 HEXA - INTELBRAS	Não (Barreira infravermelha cabeada)	Dispensa
EXPANSOR XEZ 4008 SMART - INTELBRAS	Não (Comunicação em barramento fechado)	Dispensa
GRAVADOR DIGITAL DVR-MHDX 3116-C - INTELBRAS	Não (Não emite nem recebe radiofrequências)	Dispensa
GRAVADOR DIGITAL DVR-MHDX 3132 - INTELBRAS	Não (Não emite nem recebe radiofrequências)	Dispensa
CAMERA BULLET VHD 1530 B - INTELBRAS	Não (Câmera analógica/VHD cabeada)	Dispensa
CAMERA BULLET VHD 3530 B - INTELBRAS	Não (Câmera analógica/VHD cabeada)	Dispensa
HD 2TB SKYHAWK SURVEILANCE - SEAGATE	Não (Componente de armazenamento)	Dispensa
HD 4TB SKYHAWK SURVEILANCE - SEAGATE	Não (Componente de armazenamento)	Dispensa
FONTE SA-EFM 1205 G2 - INTELBRAS	Não (Equipamento de alimentação)	Dispensa
FONTE AUXILIAR FA 1220S - INTELBRAS	Não (Equipamento de alimentação)	Dispensa
BATERIA SELADA 12V 7,0 AH UP1270E - UNIPOWER	Não (Acumulador de energia)	Dispensa
RACK SU MINI RACK SU X 350MM - MAX ELETRON	Não (Estrutura física/metálica)	Dispensa
CAIXA ORGANIZADORA CFTV 80X80X50 MM - GENNO	Não (Estrutura plástica)	Dispensa
SIRENE TATY-B - MOREY	Não (Sinalizador acústico)	Dispensa
CABO DE ALARME AWG 24 06X50 - TELECAM	Não (Dispensa homologação)	Dispensa
CABO DE CAMERA COAXIAL CFTV 4mm 85% DUPLA BLINDAGEM BIPOLAR COBRE 26 AWG - TELECAM	Sim (Cabos coaxiais utilizados em telecomunicação/CFTV exigem certificação)	012300603369
CONECTOR BNC CONEX 1000 MOLA G2 - INTELBRAS	Não (Passivo simples)	Dispensa
CONECTOR P4 CONEX 1000 P4 MACHO - INTELBRAS	Não (Passivo simples de energia)	Dispensa

### 3.2 DA ALEGAÇÃO DE PRODUTO FORA DE LINHA (DESCONTINUADO)

A alegação de que a proposta da licitante vencedora deveria ser desclassificada pelo fato de determinados equipamentos não estarem mais em linha de produção ativa pelo fabricante não possui fundamento técnico ou jurídico que sustente tal sanção.

O status de produção de um item não se confunde com sua disponibilidade comercial. É de amplo conhecimento técnico que:

- A interrupção da fabricação de um modelo não implica sua retirada imediata do mercado, sendo comum a existência de estoques volumosos em distribuidores e revendedores autorizados, capazes de suprir integralmente a demanda contratual.
- O fator determinante para o julgamento é a plena conformidade do equipamento com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (TR).
- O item ofertado atende a 100% das exigências do TR, garantindo a performance, as funcionalidades e a integração necessária ao sistema de segurança do Município.

Portanto, a mera condição de "descontinuado" no catálogo do fabricante não constitui motivo plausível para a desclassificação da proposta declarada vencedora, uma vez que o objeto possui plena capacidade de atendimento ao interesse público e às metas do projeto. Admitir o contrário configuraria um formalismo excessivo e prejudicial à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

### 3.3 DA SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DA INFRAESTRUTURA

Quanto ao ponto questionado no item 2.4 do recurso interposto pela Block Alert, reafirma-se que a execução do objeto licitado prevê a implementação de uma solução tecnológica nova e completa. Fica estabelecido que **nenhuma infraestrutura atual instalada em quaisquer unidades da prefeitura municipal — abrangendo materiais, cabeadamentos e equipamentos — será reaproveitada.**

É fundamental destacar que a licitante declarada vencedora manifestou plena ciência de tal condição, tendo estruturado sua proposta técnica e comercial em conformidade com a exigência de renovação total do parque tecnológico. Dessa forma, a alegação de que haveria aproveitamento de componentes remanescentes é improcedente, uma vez que a fiscalização contratual pela DTI exigirá a comprovação da instalação de itens novos e de primeiro uso, garantindo a integridade e a performance de todo o sistema de monitoramento.

### 4. DA READEQUAÇÃO E ATENDIMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

A Portal Segurança, em suas contrarrazões, reconheceu que informações divergentes foram inseridas por erro material (modelos e quantidades divergentes do escopo do projeto e dos catálogos apresentados) e informou que a situação seria sanada por meio da apresentação de uma proposta readequada devidamente vinculada ao objeto.

Desta forma, a licitante declarada vencedora procedeu com a adequação formal da sua relação de equipamentos. A empresa realizou a correção necessária no documento proposta comercial, mencionando os equipamentos que já haviam sido previamente apresentados nos catálogos que compõem o processo, garantindo, assim, o pleno e estrito atendimento a todas as exigências delineadas no Termo de Referência (TR), por mais simples que sejam as especificações. Com a correção na proposta final a empresa mencionou

corretamente a quantidade de equipamentos, cabos de alarme, alocação de sensores, baterias, fontes e demais equipamentos necessários à execução do objeto.

## 5. CONCLUSÃO TÉCNICA

Diante do exposto, esta Divisão de Tecnologia da Informação:

1. **Rechaça** integralmente as acusações de desídia, omissão e uso irresponsável de Inteligência Artificial, reafirmando que o lapso temporal reflete apenas a emissão do laudo, e não o tempo total de avaliação contínua dos arquivos.
2. **Recomenda** pelo total provimento das contrarrazões apresentadas pela PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA, uma vez que apresenta argumentos suficientes à sua manutenção como vencedora do certame.

Consequentemente, sob o prisma estritamente técnico de hardware e infraestrutura de rede, o parecer da DTI é pela **MANUTENÇÃO** da proposta da empresa **PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, em razão da correção de erros materiais sanáveis e pleno atendimento às especificações técnicas do TR e seus anexos, bem como pelo **INDEFERIMENTO TOTAL** do recurso interposto pela **BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**.

Restam à Sra. Pregoeira as deliberações quanto aos demais apontamentos jurídicos, comerciais e documentais do pleito.

João Monlevade/MG, 14 de maio de 2026.

---

**Marlon Leandro Ponciano Pereira**

Gestor de Tecnologia da Informação

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) - Prefeitura de João Monlevade